

**REORDENAMENTO AGRÁRIO E REPRODUÇÃO SOCIAL NO
INÍCIO DO SÉCULO XXI:
considerações iniciais**

***AGRARIAN REORGANIZATION AND SOCIAL REPRODUCTION
AT THE BEGINNING OF THE 21ST CENTURY:
initial considerations***

Patrícia Alves Ramiro*
Alzira Salete Menegat**

Do antigo e não acabado debate sobre a permanência ou a incorporação do rural ao urbano, o chamado “fim do rural”, diante das mudanças na agricultura brasileira nas décadas de 1940/50, guiadas por uma “bomba de sucção”, se utilizado a expressão de Florestam Fernandes (1979), criou as bases necessárias para a configuração de um contínuo entre campo e cidade, efetivando interdependência entre espaços, consolidando predomínio do urbano. As décadas de 1960/70 seguiram por essa lógica, de modernização agrícola e extensão de suas fronteiras, locais dos mais intensos conflitos agrários, atribuindo sobre o campo o pacote tecnológico que o tornou produtivo (na lógica do mercado), mas manteve praticamente intocada sua estrutura. No Brasil, conforme aponta Graziano da Silva (1982), tivemos uma modernização dolorosa, isto porque foi conservadora ao “modernizar” o campo, mantendo o latifúndio como modelo, tendo as necessidades do mercado como seu fio condutor para as relações de produção privilegiadas. No entanto, nesse cenário de manutenção de estrutura excludente e da produção guiada pela lógica do mercado, há aqueles que se preocupam em demonstrar, como nos textos reunidos nesse dossiê, a permanência de grupos sociais cuja identidade está vinculada à terra e ao trabalho na terra (ou à busca pelo retorno à terra, como é o caso dos trabalhadores rurais sem terra). Ainda que apareçam, através de múltiplas facetas, na qualidade de um

* Doutora em Sociologia e professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil. E-mail: patriciaalvesramiro@gmail.com

** Doutora em Sociologia, professora nos cursos de Graduação em Ciências Sociais e no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGS/UFGD), Brasil. E-mail: alziramenegat@ufgd.edu.br

“campepinato ameaçado”, para usarmos a expressão de Chayanov (1974), continuam, nesse início do século XXI, a acionar estratégias antigas e/ou inovadoras para permanência no campo.

A diversidade de formatos de um rural, onde se imbricam inovações e permanências, agora ressignificadas pelo contexto vivido, reafirma a necessidade da constante construção de conhecimento, a fim de desvendar esse universo campesino contemporâneo por onde circulam parceiros, meeiros, arrendatários, diaristas, boias-frias, sitiantes, caipiras, foreiros, seringueiros, colonos, assentados, indígenas, quilombolas, entre outros, conforme o contexto socioespacial de onde veem o mundo e são vistos; categorias construídas pela academia que não são internamente homogêneas, exigindo o esforço de pesquisas empíricas para a evolução do saber construído. Ainda que saibamos que existem permanências no modo de vida destas populações, fala-se em novas ruralidades no meio acadêmico com o intuito de atualizar os debates e compreender as características do campo brasileiro, envolto por um cenário que é múltiplo, com diferentes sujeitos (antigos e novos), os quais, constantemente, atualizam suas estratégias de reconversão (muitas vezes de forma alheia à sua vontade) para fins de reprodução social. Se olhado para a pequena produção, que foi pelo Estado denominada agricultura familiar¹, é possível identificar essa multiplicidade nas temáticas privilegiadas desde as últimas décadas do século XX: pluriatividade, multifuncionalidade da agricultura, associativismo, economia solidária, agroecologia, produção orgânica, movimentos sociais, relações de gênero e de gerações ocupam espaços importantes de discussão e construção do conhecimento (congressos, fóruns e revistas acadêmicas). Todavia, não há como compreender estas estratégias de reconversão de um campesinato em constante ameaça sem olharmos para a forte presença, nesse espaço social, do latifúndio, configurado no atual agronegócio, que produz movido pelo histórico tripé: latifúndio, monocultura e referenciais tecnológicos do mercado (insumos, inseticidas, fungicidas, sementes transgênicas e financiamentos bancários).

Nesse conjunto, é preciso considerar a emergência dos assentamentos rurais como novos encaminhamentos no reordenamento de terras, reivindicados pelos movimentos sociais brasileiros, com pessoas organizadas entorno de um conjunto de demandas e, que, em meados da década de 1980, encaminharam força social que resultou na institucionalização da política de reforma agrária, iniciada no contexto brasileiro com o I Plano Nacional de Reforma Agrária/PNRA, em 1985. Os movimentos sociais pautam questionamentos sobre a estrutura agrária, numa rede de sujeitos e de demandas, e acenam para a urgência no fortalecimento da reforma agrária como meio de mudança no campo brasileiro, bem como em suas relações com as cidades. Nessa rede, imprimem força social sobre demandas, tais como:

1 Sobre o viés político da construção da categoria agricultores familiares pelo Estado brasileiro que tenta englobar uma multiplicidade de atores sociais do meio rural, cabem as asserções de Garcia Jr e Grynszpan (2002, p. 338) de que “[...] o adjetivo familiar aparece mais como designação de um agente outro que não os agricultores patronais, não se tratando de um atributo especificador de uma forma particular de vínculo social a ser tratada ela mesma sociologicamente”.

acesso à terra por meio da reforma agrária, fomento à moradia, fomento agrícola, acesso à educação, saúde, ao reconhecimento das diferenças de gênero e de gerações, imprimindo resistências ao modelo com base no latifúndio e defendendo outras formas de produção.

Nesse contexto, emergem sujeitos historicamente invisibilizados, dentre eles, as mulheres e a juventude. O movimento de mulheres camponesas alcançou efervescência na década de 1980, especialmente na segunda metade, no mesmo período da implantação da Reforma Agrária e da promulgação da Constituinte, na qual foram assegurados direitos jurídicos para as mulheres do campo, voltados ao reconhecimento da condição de trabalhadoras, dentre eles: aposentadoria aos 55 anos e licença maternidade, consolidados no início do século XXI, com a garantia da inclusão do nome das mulheres nos títulos de propriedade da terra, bem como na nota de comercialização da produção. Isso possibilitou o seu reconhecimento como trabalhadoras, favoreceu o questionamento da condição de ajudantes, mesmo atuando em diferentes espaços, especialmente na casa e na roça, combinando jornadas, por vezes sobrepostas, imbricadas pelo fazer em diferentes espaços.

Associado ao movimento de mulheres, outros movimentos compuseram aquele momento histórico, como o das comunidades indígenas, comunidades quilombolas e ribeirinhos, evidenciando a tensão social no campo, decorrente do modelo de estrutura fundiária que não integrava, e ainda não integra, todos os grupos sociais. Por isso, nos dias atuais, são movimentos atuantes no cenário nacional, com as velhas e também com novas demandas, fazendo com que novos personagens entrem em cena (parafrazeando Sader, 1998), dentre eles, a juventude do campo, pautando os conflitos geracionais. Nesse sentido, percebemos que falar da terra requer análises sobre múltiplos processos e diferentes sujeitos, o que demonstra que o campo brasileiro é um espaço em construção, como veremos nos artigos aqui compilados.

Em virtude dessa complexidade, vale destacar que, na busca pela compreensão adequada desses espaços, os estudos do meio rural nas ciências sociais necessitam de “[...] laços estreitos entre os diferentes aspectos da vida social que leva a que estes aspectos sejam do domínio de diferentes áreas da sociologia ou de outras ciências sociais” (JOLLIVET, 1998, p. 9) e, desse modo, a interdisciplinaridade é condição necessária para produção do conhecimento. Essa complexidade do rural justifica a presença, nesse dossiê sobre “reordenamento agrário e reprodução social”, de pesquisadores de diferentes formações: sociólogos, antropólogos, historiadores e economistas, que somam esforços para trazer suas representações sobre alguns contextos contemporâneos. Vamos às principais contribuições de cada um deles.

Os artigos

No artigo de Ferrante, Barone e Durval, intitulado “Reforma agrária no Brasil do Século XXI: bloqueios e ressignificações”, os autores apresentam um balanço da reforma agrária neste início de século XXI, no Brasil, entendendo-a como processo que envolve duas dimensões: como política pública, instituída pelo Estado, como utopia,

em virtude da “capacidade de mobilizar a ação política de diferentes grupos sociais que vivem no campo”.

Para essa compreensão, os autores se debruçam sobre os dados estatísticos relativos ao número de pessoas assentadas em lotes de reforma agrária, desde o primeiro governo civil, no pós-64, associando a esses dados às análises direcionadas à compreensão do alcance e dos impasses da reforma agrária, debatendo suas culminâncias, do que denominam de “grande ciclo” da reforma agrária, numa avaliação das políticas de intervenção efetivadas pelos diferentes governos brasileiros, bem como da emergência dos movimentos sociais, especialmente o MST, na construção de uma agenda questionadora da estrutura fundiária.

Nesse balanço, os autores trabalham com a hipótese do “fim de ciclo”, o que não deve ser entendido como o fim da reforma agrária, mas a necessidade de ressignificar seu sentido, nesse novo século. Esse ressignificar está configurado, conforme os autores, em quatro ideias centrais: direito de acesso à terra para aqueles que lutam por terra; produção diferenciada de base familiar e/ou comunitária, agroecológica; urgência no debate e encaminhamentos relacionados a questão agrária em sua relação com a questão ambiental; e implementação de políticas de desenvolvimento territorial com vistas ao desenvolvimento sustentável. Nesse formato, os autores apontam para a reforma agrária num conjunto de elementos que tem como pano de fundo a terra, mas envolvendo diferentes sujeitos e processos de produção e de vida.

Fachin, com seu texto “Reordenamento de terras no sul de Mato Grosso do Sul”, mostra como ocorreu o reordenamento agrário de terras naquela região, em decorrência da criação de assentamentos rurais de reforma agrária tanto federais quanto estaduais, por meio de recorte temporal que se inicia no ano de 1985, quando foi promulgado o I Plano Nacional de Reforma Agrária no Brasil (I PNRA), indo até 2003, data da promulgação do II PNRA. Valendo-se da metodologia da história do tempo presente, a autora faz um recorte histórico da questão agrária no MS, onde se combinam história da agricultura e história agrária, mesclando legislação pertinente sobre desapropriação para fins de reforma agrária nos diferentes níveis (federal, estadual e municipal) e, com base em dados quantitativos, apresenta os descompassos entre as expectativas (mesmo as decretadas em lei) e a realidade (sempre menor) da quantidade de famílias em assentamentos.

Dessa forma, ainda que a quantidade de famílias assentadas no Estado do Mato Grosso do Sul não atenda às promessas quantitativas feitas e nem à demanda pela redistribuição da terra na região, foi no sul do estado que se concentraram as disputas e onde, no período pesquisado pela autora, estão instalados 56% dos assentamentos. Aos poucos, a paisagem do latifúndio pecuarista e monocultor da região se altera com as práticas agrícolas dos assentados. Segundo Fachin, a reforma agrária no Mato Grosso do Sul é um processo em andamento que necessita, para sua consolidação, da participação ativa da luta organizada pelos movimentos sociais de acesso à terra.

O artigo de Domínguez, intitulado “Territorialidades campesinas entre lo heterónomo y lo disidente: formas de gestión de la producción y tenencia de la tierra en el campo argentino”, apresenta uma reflexão sobre as condições da

heterogeneidade e das diferenças na apropriação da territorialidade camponesa, em contexto argentino. O autor reflete, mais especificamente, sobre as estratégias utilizadas por camponeses da província de Chaco para promoverem o acesso à terra e também o controle dos bens naturais, com base nos assentamentos rurais com modelo comunitário. Para isso, o autor apresenta reflexões sobre o cenário de industrialização da agricultura, quando da expansão da produção de grãos, especialmente da soja, o que levou à concentração da terra e à expulsão de camponeses. Estes passaram a se organizar em movimentos sociais com a finalidade de retomarem a identidade camponesa, consolidada com os assentamentos na região do Chaco, onde encaminham autogestão com a produção e com os bens naturais, tendo como referenciais a base familiar, o que garante a autonomia na gestão da produção.

Nóbrega, autor do artigo “Estratégias de uso da terra e suas implicações no meio rural: uma análise a partir de três municípios do Seridó Ocidental paraibano”, contribui para a atualização do debate sobre as novas formas de reconversão adotadas pelos agricultores familiares a fim de preservarem sua identidade. O desejo do roçado, tão brilhantemente pesquisado por Afrânio Garcia Jr. (1989), resiste, mesmo em áreas paraibanas onde a especulação de mineradores aparece com intensidade após os anos de 1990 e a degradação ambiental se torna mais intensa. O trabalho como garimpeiro pelos agricultores na microrregião do Seridó ocidental paraibano, municípios de Junco do Seridó, Santa Luzia e Várzea, aparece como estratégia familiar de garantia do roçado, na qual se complementam “o tempo do caulim e da pedra” e o “tempo da agricultura”, para usarmos expressão de um entrevistado pelo autor. Esta reorganização do trabalho familiar é possível pela condição climática da região, fazendo do tempo do “inverno”, palavra usada pelos moradores para os períodos de chuva, época boa para plantios e menos propícia para a exploração de minérios, em razão da possibilidade de inundação das minas e, ao revés, viabilizando a intensificação do garimpo nos períodos de seca, momento de estagnação da atividade agrícola. Além disso, o ciclo de vida da família reorganiza o estabelecimento da divisão das tarefas, com vistas à reprodução social deste campesinato. Assim, especialmente os filhos homens jovens podem atuar com mais intensidade no garimpo, durante períodos maiores, mas tal situação não retira seu papel para a estratégia familiar de manutenção na agricultura, afinal, é com parte do recurso financeiro obtido no garimpo que é feita a substituição de sua força de trabalho no roçado da família, via contratação de diarista(s).

Nessa trama de relações que se estabelecem entre os usuários do subsolo e os do solo está presente uma complexa disputa pelo controle dos recursos do subsolo do espaço rural, da qual participam pessoas físicas, jurídicas, cooperativas, estando excluídos pequenos proprietários, ainda que parte dos minérios esteja em suas terras, dada a dificuldade de acesso aos capitais econômicos e sociais necessários para tanto, conforme legislação vigente.

O artigo “Traços modernização no sertão: o empresário rural como um novo ator”, escrito por Gomes e Maia, faz parte dos trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande sobre o histórico da região do sertão do semiárido

paraibano, região Nordeste do Brasil. O trabalho aqui apresentado atualiza a produção acadêmica sobre este espaço social onde convivem diferentes agentes sociais, e destaca o que consideram ser um novo ator nesse cenário, denominado pelas autoras de empresário rural do sertão.

Através de estudo de caso sobre um desses empresários sertanejos, produtor de aves de postura, habitante da Microrregião da Serra do Teixeira, na qual predominam pequenas propriedades rurais desde a década de 1960, as autoras utilizam seus depoimentos sobre sua trajetória para demonstrar como seu imaginário social circula entre a tradição, caracterizado pelo apego a um passado no meio rural da pequena agricultura, e a modernidade, que se apresenta no formato de uma postura considerada empreendedora. Se, por um lado, aparece um desejo manifesto de ser visto como agricultor, cuja origem está na memória de ser neto e filho de pequenos agricultores expropriados, por outro, constrói seu discurso de empreendedor rural com base na recusa dos saberes do passado sobre o modo de produzir. Assume, assim, a postura de empresário rural construída através da aquisição de capitais escolares obtidos em curso técnico agropecuário, cuja base reside no uso de tecnologias avançadas e no conhecimento de estratégias de acesso a um mercado mais amplo, com vistas à obtenção do lucro.

O artigo de Schneider e Menasche, “Relações interétnicas e formas de acesso à terra: reciprocidade e dependência entre quilombolas e pomeranos na Serra dos Tapes”, contribui para a compreensão de processos históricos agrários característicos da região Sul do país. Através de pesquisa de campo realizada na Colônia Triunfo e nas comunidades quilombolas do Algodão e Favila, na região da Serra dos Tapes, os autores mostram como colonos e quilombolas coexistem com base em relações, ora de reciprocidade, ora de dependência, construídas a partir da posição que ocupam no espaço social em relação à propriedade ou não de terra de trabalho. Relações horizontais ou verticais se estabelecem a partir do formato de produção do fumo viabilizado pelo tipo de estratégia de reprodução social: troca de serviço, parcerias ou diaristas. Pomeranos e quilombolas aparecem, utilizando a ideia de Lamarche (1993), como duas tipologias de agricultores familiares atuais do meio rural do Rio Grande do Sul que, assim como as principais análises sobre o tema, tem na categoria de *terra* e de *trabalho* o arcabouço para a compreensão da sociabilidade existente e suas implicações para o desejo de manutenção ou de mudança da estrutura fundiária encontrada. Foi através do olhar e ouvir, característicos do bom trabalho etnográfico (OLIVEIRA, 2006), que os autores conseguiram desvendar a complexidade das representações sociais que se constroem entre eles. É o *trabalhar dentro* (em suas terras) ou o *trabalhar fora* (em terras alheias) que norteiam as redes de relações de horizontalidade ou verticalidade entre pomeranos e quilombolas.

O texto de Tedeschi, com o título “Os desafios do empoderamento de mulheres agricultoras: notas sobre uma experiência vivida”, apresenta uma experiência com as integrantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, na região Noroeste do Rio Grande do Sul, na qual o autor analisa a organização das mulheres em movimento, compreendendo as relações que estabelecem entre elas e com as diferentes instituições, bem como as práticas por elas exercidas cotidianamente.

O autor aponta para a permanência de diferenças de pertencimentos sociais, numa desigualdade entre homens e mulheres no espaço rural, com relações de poder que atribuem a elas um lugar de menor prestígio, mesmo para aquelas que atuam nas etapas da produção e, especialmente, para as mulheres que assumem os encaminhamentos das demandas do movimento, lugares onde ocorre subordinação e não reconhecimento de suas atuações.

Os referenciais tradicionais do ser mulher, cuidadora, zelosa para com os seus, circunscrita à esfera da casa, se faz presente na vida das mulheres, conforme o autor, mesmo no intramovimento, o que evidencia contradições no fazer da organização, porque lidam com pautas reivindicatórias, mas acabam naturalizando relações de dominação, sendo enredadas pela força do bem-estar da família, reforçando, assim, valores tradicionais, valorizando os cuidados com a casa, os filhos, o companheiro, sem se darem conta de que esses elementos reforçam sua dominação e submissão. Isso indica que o empoderamento das mulheres diante das condições de submissão e de poderes diferenciados é difícil de ser alcançado. Por isso concordamos com Deere e León (2002) quando dizem que o empoderamento das mulheres do campo não é fácil e nem mesmo definitivo, já que “a subordinação da mulher parece normal dentro da ideologia patriarcal, e é difícil que a mudança entre em erupção espontaneamente da condição de subordinação. O empoderamento deve ser induzido primeiro pela criação de uma consciência da discriminação de gênero” (DEERE; LEÓN, 2002, p. 55). O empoderamento requer romper com elementos internalizados e repassados ao longo do tempo, naturalizados no cotidiano, tornados, por vezes, imperceptíveis, e vivenciados no fazer até mesmo das mulheres organizadas politicamente.

O artigo “Expropriação e trabalho de mulheres extrativistas em Sergipe”, de Mota, Schmitz, Silva Jr. e Oliveira, reforça o problema da expropriação dos camponeses por meio de estudo de caso realizado com grupo de mulheres catadoras de mangaba do município de Barra de Coqueiros, litoral sergipano, que passam a ter o acesso livre à área de extração impedido, após 40 anos de trabalho em uma propriedade em estado de abandono. O texto traz os paradoxos dessa vivência do processo de expropriação, o qual se relaciona com diferentes aspectos da realidade social e econômica do território. Dentre os acontecimentos, destacam-se o crescimento dos plantios para produção de *commodities*, especialmente da cana-de-açúcar e do eucalipto, que fez reduzir a quantidade significativa da área de extração da mangaba; a especulação imobiliária em razão da melhoria da infraestrutura de acesso ao município e a descrença no poder judiciário. Esta descrença aparece nos depoimentos após verem fracassar a tentativa de luta pela criação de um assentamento agroextrativista, visto que, embora a propriedade tenha sido declarada improdutiva pelo Instituto Nacional para Colonização e Reforma Agrária (Incra), o processo de desapropriação para fins de reforma agrária não ocorreu. Pelo contrário, a fim de impedir a desapropriação da área, o acesso ao local de extração da mangaba passou a ter acesso privado e a cobrar pela extração do fruto.

Concluída a expropriação, e em decorrência da condição mercantil de acesso ao local de extração, as mulheres extrativistas precisam reorganizar suas práticas materiais e simbólicas para adequação à nova realidade que ameaça fortemente a identidade de catadoras de mangaba construída pela tradição.

As autoras Vieira e Rocha, em artigo intitulado “Gênero e ambiente no interior da ilha de Santiago/Cabo Verde: a apanha de areia desde mulheres chefes de família”, analisam o trabalho do que chamam de “apanha de areia”, que consiste na extração de areia, brita e cascalho dos mares e rochas, em Cabo Verde, atividade combatida ambientalmente, especialmente por órgãos do Estado, mas praticada por muitas pessoas, especialmente pelas mulheres, que, com sua atuação, abastecem a construção civil daquele lugar. A finalidade das autoras foi analisar os meandros desse trabalho sob a perspectiva do trabalho assumido pelas mulheres, inseridas no interior de Santiago, no Charco, município de Santa Catarina. Essa atividade é condenada, sob o enfoque institucional, porque provoca degradação ambiental, sendo as mulheres até mesmo culpabilizadas porque a desenvolvem, provocando danos a natureza. No entanto, para as autoras, nesse dilema, é preciso atentar para a estrutura do lugar da pesquisa, tanto ao ambiente físico, onde existe escassez de terras de cultivo e também carência de água potável, como ao ambiente social, com elevados índices de pobreza.

São salientes as condições de vulnerabilidade social, e daí a existência de atividade combatida ambientalmente, mas justificada pelas mulheres, em virtude da carência de outras formas de geração de renda. Na organização de suas jornadas de trabalho, as mulheres da “apanha” combinam antigos saberes, pautados no que as autoras denominam de “ritmos do trabalho entrelaçados aos ritmos da natureza, ou seja, o mar é um importante demarcador do ritmo de trabalho e permite uma maior autonomia na sua gestão”. A maré baixa e as fases da lua são elementos de atenção na organização dos trabalhos, lançando mão de referenciais apreendidos quando crianças, época em que foram inseridas na atividade. Com isso, observa-se que, nesse cenário de fragilidades sociais, as mulheres lançam mão de saberes e de estratégias de geração de renda, para então proverem unidades familiares, mesmo que isso resulte em contradições.

As reflexões de Castro, em artigo intitulado “Juventude rural, do *campo*, das águas e das *florestas*: a primeira geração *jovem* dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude”, direcionam-se à compreensão da emergência da juventude como categoria de identificação política, analisando seus marcos na sociedade brasileira, dando ênfase aos dilemas e possibilidades da juventude rural. Para isso, a autora faz um percurso histórico analisando o momento em que foram instituídas ações governamentais nas esferas municipal, estadual e federal, especialmente durante os governos Lula e Dilma, culminando com a criação da Secretaria Nacional da Juventude e do Conselho Nacional da Juventude, em 2005, por meio da qual é criada uma série de políticas e direitos para a juventude, dentre eles o Estatuto da Juventude, promulgado em 2013.

A autora analisa a maneira como a juventude rural se organiza, atentando para os elementos que constituem esse novo ator político no cenário rural brasileiro, bem como as políticas públicas efetivadas para atender esse segmento, observando se tais políticas criaram meios para transformar a realidade do campo e reduzir a saída da juventude desse espaço.

Já o artigo de Arbarotti e Martins, intitulado “Configurações contemporâneas dos assentamentos rurais de reforma agrária: o surgimento de novas gerações e a

construção de novos projetos de vida”, contém reflexões sobre o processo de sucessão e coexistência geracional no Assentamento Reunidas, situado no município de Promissão, em São Paulo. Os autores analisam os objetivos que levaram a primeira geração ao assentamento, quando da luta pela terra, comparando-os com aqueles da segunda geração. Nesse comparativo, identificam mudanças de projetos em relação aos elementos que movimentam cada geração: na primeira, parece haver uma relação sentimental e de memória com a terra, sendo oriundos da terra, mas com passagem pelas cidades, buscaram, no retorno ao campo, com o assentamento, autonomia e liberdade e, por isso, nessa terra se identificam. O estranhamento provocado pelo modo de vida urbano, quando foram lançados para as cidades, fez com que, no retorno ao campo, passassem a se relacionar com as terras no assentamento na dimensão de terra de trabalho e lugar de morada, aproximando-se da concepção defendida por Heredia (1979), uma morada da vida; a segunda geração apresenta afastamento afetivo em relação à terra, mesmo que dela dependam economicamente, vendo-a como meio para acesso à renda. Enfatizam a importância em melhorar a produção para que possam aumentar os ganhos e com isso obter maior acesso a bens de consumo, especialmente vestuário. Para isso, seus projetos para a terra têm uma dimensão empresarial, construindo inclusive outros projetos lançados para fora do assentamento, assumindo o trabalho assalariado com o objetivo de conseguir maior renda. Desse modo, os autores “contrapõem dois objetivos que são bastante caros para a primeira geração – autonomia e liberdade – aos novos valores dos sujeitos da segunda geração – garantias do dinheiro”. Isso permite notar o desencontro de projetos entre as duas gerações, resultando na propagação de mudanças econômica, cultural e social no contexto do assentamento.

Por fim, no artigo de Perli, com o título “Além da terra, o direito ao passado: notas sobre o ensino de história no MST”, encontramos reflexões voltadas às demandas educacionais defendidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), especialmente em relação ao ensino de história, direcionado para a formação política dos sem-terra. Para isso, o autor faz um percurso histórico, buscando compreender o surgimento e a organização do MST, tendo como base de pesquisa os materiais produzidos pelo movimento social, com ênfase nos *Cadernos de Formação* e *Cadernos de Educação*, ambos elaborados e utilizados pelo MST na formação de quadros políticos e no fortalecimento da militância.

Nesse material, o autor intenta compreender de que maneira o aprendizado dos processos históricos possibilitou as bases para a formação da consciência organizativa do MST, e como isso serviu, nas palavras do autor, de “ferramenta de socialização das estratégias políticas do grupo social, dando ao passado uma função de legitimação da luta pela reforma agrária”. Nesse sentido, a consciência histórica emerge fomentando a força social do movimento em torno da luta pela terra e também da condição dos sujeitos demandantes, como na percepção da condição de invisibilidades das mulheres, debate presente nos primeiros cadernos, bem como da necessidade de uma educação popular. Para o autor, o MST nutria a ideia de que “estudar história e fortalecer variados lugares de memória significava articular trabalho com luta social, capacidade de organização e formação política”.

A entrevista

Nesse dossiê, tivemos o privilégio de entrevistar o antropólogo Afrânio Garcia Jr. Entendemos que um dossiê que se propõe a apresentar discussões sobre reordenamento agrário e estratégias de reprodução social tem muito a enriquecer quando retoma uma obra que pode ser considerada um clássico para os interessados no meio rural brasileiro. O fio condutor da entrevista foi o livro *O sul: caminho do roçado*, escrito inicialmente como tese de doutorado do pesquisador, que foi, após amadurecimento em pós-doutoramento realizado junto à Pierre Bourdieu no Centro de Sociologia Europeia, publicado no Brasil e na França, simultaneamente, em 1989². Além disso, neste ano faz 40 anos da primeira etapa da pesquisa de campo de Afrânio Garcia Jr., na região do brejo e do agreste do estado da Paraíba, nos municípios de Areia e Remígio, ocorrida nos meses de julho a setembro de 1976, o que torna essa entrevista uma singela homenagem.

A entrevista nos oferece ainda a oportunidade de conhecer um pouco do percurso acadêmico do autor e das dificuldades e potencialidades da pesquisa no meio rural. Afrânio Garcia Jr. revisita aqui algumas das contribuições fundamentais dessa sua obra, a qual, através da análise das categorias de libertos e sujeitos, já detectadas em outras pesquisas, apareceram, no caso paraibano, como categorias explicativas do universo social do presente e, portanto, fizeram parte de material etnográfico obtido via pesquisas de campo.

A importância do cuidado com os limites das teorias, cujo risco primordial reside em fazer do trabalho empírico sua ilustração, bem como a acuidade na coleta e no tratamento de dados podem ser expressas pela frase presente em seu livro, “a pesquisa de campo não é um confessionário”, sobre a qual nos fala um pouco mais durante a entrevista. Evidencia-se, assim, uma postura metodológica que permitiu aprofundar a compreensão das representações, também presentes em outras pesquisas, sobre a recorrente migração para o Rio de Janeiro e São Paulo de alguns dos membros das famílias de agricultores nordestinos. É durante a pesquisa na Paraíba que Afrânio Garcia Jr. percebe que não deveriam mais interpretar essas trajetórias migratórias apenas como resultado de expropriação da terra, mas, pelo contrário, e isso é brilhantemente demonstrado em *O Sul: caminho do roçado*, como mundos que se conectavam profundamente. Daí a expressão, que de início parecia enigmática ao autor, ouvida durante entrevista que dá título ao livro: “O Sul hoje é o caminho do roçado”. Na contramão das análises da época, que destacavam as diferentes facetas da proletarianização do campesinato, Garcia Jr. mostra que, nessa região paraibana, havia um processo de encampesinamento, no qual a migração aparecia como fator importante para investimentos no roçado da família.

Enfim, “O mundo social entre compartilhado e segmentado: lembrando os espaços de *O Sul: caminho do roçado*” (título dado à entrevista presente nesse dossiê), recorda como foi a transformação do espaço social do brejo e do agreste da Paraíba no momento de declínio da dominação tradicional personalizada. Neste mundo

2 No Brasil, o livro foi alvo de duas resenhas publicadas por Grynszpan (1990) e Galano (1990).

compartilhado e segmentado, todos, os de cima e os de baixo, viram-se obrigados a buscar estratégias de reconversão. Todavia, nem sempre as reconversões foram favoráveis, mesmo para aqueles que passaram da condição de sujeição para a de liberdade, caso dos moradores de engenhos que se viram obrigados a deixar seus domínios e não conseguiram ter acesso à terra de trabalho e morada e, assim, para muitos deles, essa liberdade significou pauperização, i.e., declínio social.

Além, obviamente, da qualidade do processo de pesquisa empreendido, que serve de modelo para jovens pesquisadores, as análises realizadas por Garcia Jr. permanecem atuais, em razão da persistência de um campesinato ameaçado no Brasil que insiste em buscar soluções, mesmo que a luta pela terra custe milhares vidas que são deixadas, em esquecimento, pelo caminho. Embora a análise realista do autor rompa com projeções (que pareciam possíveis) de uma sociedade mais justa durante o período de declínio do modelo tradicional de dominação, que poderia ter reduzido a distância entre as casas grandes e as senzalas no país, Afrânio Garcia Jr. reforça a percepção da necessidade de mudanças “em cima” (no caso, latifúndio), para que os “de baixo” (pequenos agricultores) possam se reverter. É preciso um verdadeiro reordenamento agrário no país, ideia que fortalece a urgência do acesso e garantia do direito de permanência na terra daqueles que, apesar das enormes dificuldades, ainda conseguem e desejam viver do trabalho na terra e, assim, garantir sua reprodução social na qualidade de agricultores. Alguns destes exemplos estão reunidos nesse dossiê. Boa leitura!

Referências

- CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- FERNANDES, Florestan. Anotações sobre o capitalismo agrário. In: QUEDA, Oriowaldo; DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.
- GALANO, Ana Maria. **O Sul: caminho do roçado**. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, 1990.
- GARCIA JR., Afrânio; GRYSZPAN, Mário. Veredas da questão agrária e enigmas do grande sertão. In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social brasileira**. São Paulo: Anpocs; Sumaré; Brasília, DF: Capes, 2002. p. 311-343.
- GARCIA JR., Afrânio. **O Sul: caminho do roçado**. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero, Brasília: CNPq/ Ed. da UnB, 1989.
- _____. **Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GRYSZPAN, Mário. Do geral ao particular. **O Sul: caminho do roçado**. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 285-288, 1990.
- HEREDIA, Beatriz Alásia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- JOLLIVET, Marcel. A “vocação atual” da sociologia rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 11, p. 5-25, nov. 1998.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1993.

OLIVEIRA, Francisco Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**: olhar, ouvir, escrever. 3. ed. São Paulo: Ed. da Unesp, 2006.

SADER, Emir. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

Recebido em 12/02/2017

Aceito em 13/03/2017